RELATÓRIO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS RPPS MUNICÍPIO DE IPÊ PARA O EXERCÍCIO DE 2021

1. Apresentação

A presente política de investimentos visa atender as Portarias do Ministério da Previdência nº 519 de 2011, a Resolução CMN 3922/2010 e também definir a estratégia de alocação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ipê.

O RPPS está organizado através do fundo municipal, gerido pelo conselho deliberativo, assessorado pelo comitê de investimentos. Funcionários efetivos realizam a contabilidade, folha de pagamento e aplicações financeiras, além de pagamentos, possuindo total independência econômica e política.

A estrutura administrativa é própria, sendo os investimentos propostos pelo comitê de investimentos e deliberados pelo Conselho de Previdência Municipal e executados pelo tesoureiro, presidente do Conselho de Previdência e Prefeito Municipal

2. Objetivos da Política

- o claro entendimento por parte dos gestores, servidores, beneficiários, provedores externos de serviços e órgão reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas ao investimento dos ativos do RPPS;
- a existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregados no processo de investimento do RPPS;
- o estabelecimento de diretrizes aos gestores para que eles conduzam o processo de investimento em conformidade com os objetivos e restrições de investimento.

3. Tipo de Gestão

O RPPS adotará gestão própria, através de profissional devidamente certificado.

4. Objetivos da Gestão

Atingir a meta atuarial estabelecida pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

5. Estratégia de Formação de Preços – Investimentos e Desinvestimentos

Os gestores de recursos do RPPS definirão a estratégia mais eficiente de compra e venda de ativos sob sua gestão, com o objetivo de atingir a meta de rentabilidade estabelecida e de não infringir os limites de risco tolerados.

6. Cenário Econômico

O Banco Central através do Relatório Focus estabelece a seguinte previsão:

Indicadores	2020	2021
PIB		
Taxa de crescimento	-4,81	3,42
INFLAÇÃO		
IPCA	2,99	3,10
TAXA DE JUROS		
SELIC	2,00	2,75
CÂMBIO		
Real/US\$	5,40	5,20
PRODUÇÃO INDUSTRIAL		
Crescimento da indústria	-5,90	4,00

FONTE: BANCO CENTRAL – Relatório de Mercado – 23/10/2020

O cenário para o ano de 2021 traz uma perspectiva de crescimento positivo da indústria e do PIB. Temos uma tendência de permanência da taxa de juros e uma previsão da taxa de inflação abaixo da meta Federal.

Assim com a previsão da taxa de juros *selic* em 2,75% ao ano e uma taxa de inflação ficando na casa dos 3,10% ao ano, teremos um teto de atingimento da meta atuarial, ficando abaixo, ao analisar os indicadores previstos isoladamente.

No exercício de 2020 a meta atuarial não será atingida devido as sucessivas reduções da taxa de juros *selic* e podemos prever que também não

alcançaremos o total da meta no exercício de 2021, pelos indicadores apresentados, assim optaremos pelas aplicações da carteira existente, variando com aplicações novas que sejam vinculadas a renda pós fixada.

7. Estratégias de Alocação e Limites

Renda Fixa	Limite Alocação	Limite Resolução CMN 3.922/10
Títulos Públicos	0%	100%
Fundos de Títulos Públicos (IMA/IDkA)	100%	100%
Operações Compromissadas	5%	5%
Fundos Renda Fixa e Referenciados (IMA/IdkA)	60%	60%
Cotas Fundos de Investimentos Renda Fixa	40%	40%

8. Diversificação

As aplicações em **fundos referenciados, renda fixa, exceto 100% em títulos públicos**, subordinam-se a que o **regulamento** do fundo determine que **os títulos privados** que compõem suas carteiras sejam considerados de baixo risco de crédito e **estejam limitados a 20% (vinte por cento) na concentração em uma mesma pessoa jurídica**, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum.

O total de aplicações em mesmo fundo de investimento deverão representar, no máximo, **15% do patrimônio líquido do fundo**. O limite fica **reduzido para até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido** dos fundos de investimento de que tratam os incisos VII do art. 7º, III e IV do art. 8º da Resolução CMN 3922/2010.

As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social

9. Gerenciamento de Riscos

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- **Risco de crédito dos ativos:** definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;
- **Risco sistêmico ou conjuntural:** decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;
- **Risco de mercado:** decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;
- **Risco de liquidez:** pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (funding), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- **Risco legal:** pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos;

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS de Ipê (RS) pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem

avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pelas instituições financeiras administradoras dos Fundos de Investimentos que forem alocados os recursos financeiros do RPPS.

10. Vedações

I – aplicar os seus recursos em cotas de fundo de investimento, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;

II – realizar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;

III – atuar em modalidades operacionais ou negociar duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos não previstos nesta resolução; e

IV – aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

V – aplicar em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

VI - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.

11. Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

Será avaliada a aderência à política de investimentos e cumprimento da Meta Atuarial, trimestralmente, considerando como objetivo uma gestão passiva.

Também serão analisadas as rentabilidades – mensais, anuais e dos últimos 12 meses, sempre comparadas ao Benchmark (IDkA/IMA – Renda Fixa).

12. Agente de Custódia

O RPPS quando da aquisição de títulos públicos, contratará uma ou mais pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários para exercício da atividade de custódia. A contratada atuará com agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas.

13. Critérios de Credenciamento

Para o credenciamento da instituição bancária, gestores e administradores, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:

a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

b) declaração que a entidade possui elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;

c) regularidade fiscal e previdenciária;

d) a análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

e) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;

f) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

g) deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses.

14. Plano de Contingência

O acompanhamento do cumprimento dos limites e requisitos previstos na resolução 3.922 de 25 de novembro de 2010 será realizado mensalmente e, em caso de descumprimento, o RPPS reenquadrará nos ditames preconizados pela referida resolução em até 90 dias corridos.

15. Disposições Finais

A presente política deverá ser implementada no exercício de 2021, podendo ser alterada no decorrer do exercício, desde que aprovada pelo Comitê de investimentos.

Município de Ipê/RS, 27 de outubro de 2020.

Giovanni Vicenzi